



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001089-05.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 31/2016-CGJ

Período da correição: 5-9-2016 a 7-11-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Correicional: Veruska Maluf

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Jaraguá do Sul

Unidade: 1ª Vara Criminal

Municípios integrantes: Corupá e Jaraguá do Sul

Juiz titular: Anna Finke Suszek (em férias) Griselda Rezende de Matos Muniz (substituindo)

Chefe de cartório: Edileusa Damarchi

Última correição por equipe da CGJ/SC: Antiga Vara Criminal - de 3-6-2013 a 5-8-2013. Autos CGJ n. 0011132-06.2013.8.24.0600 (Correição Virtual).

Competência: RESOLUÇÃO TJ N. 4 DE 4 DE MARÇO DE 2015.[...] "RESOLVE: Art. 1º Transformar a Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul em 1ª Vara Criminal, e denominar 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul a unidade judiciária criada pelo art. 2º, I, da Lei Complementar n. 516, de 8 de setembro de 2010. Art. 2º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul: I - processar e julgar: a) os feitos do Tribunal do Júri; e b) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. Art. 3º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul: I - processar e julgar: a) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); e b) as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). § 1º Os processos referidos nos incisos I, "b", II e III deste artigo, em tramitação na 1ª Vara Criminal, serão redistribuídos ao Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul. § 2º Os processos referidos no inciso I, "a" deste artigo, em tramitação no Juizado Especial Cível e Criminal, serão redistribuídos ao Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul.[...] Art. 4º As ações penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), as cartas precatórias e as cartas de ordem criminais, cuja competência para o processamento e julgamento não seja privativa, serão distribuídas igualmente entre a 1ª e 2ª Varas Criminais da comarca de Jaraguá do Sul. Parágrafo único. Os processos referidos no caput deste artigo, ingressados até a data de instalação da 2ª Vara Criminal, serão redistribuídos igualmente entre os Juízes de Direito da 1ª e 2ª Varas Criminais da comarca de Jaraguá do Sul. Art. 5º As 1ª e 2ª Varas Criminais da comarca de Jaraguá do Sul adotarão o Sistema de Central de Atendimento e Secretaria Únicas, cujas atividades cartorárias ficarão sob a supervisão de um dos Juízes de Direito das respectivas unidades, que será o seu Coordenador e exercerá a atribuição, ouvido o outro. Art. 6º A função de Coordenador da Central de Atendimento e Secretaria Únicas será exercida mediante revezamento a cada 2 (dois) anos, iniciando pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul. Parágrafo único. Nas ausências do Coordenador, assumirá automaticamente a atribuição o Juiz de Direito da outra unidade. [...]"

Entrância: Especial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.828
1.1.2 Processos em andamento	2.242
1.1.3 Procedimentos em andamento	586

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Dezembro de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.373
1.2.2 Processos em andamento	1.874
1.2.3 Procedimentos em andamento	499

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Dezembro de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos concluídos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	386	36	422

Observações

a) Informações obtidas em 19/01/2017. (fl. 94)

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	3.255	271,25
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	3.414	284,50
1.4.3 Janeiro a novembro de 2016	2.091	190,09

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Valor
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Criminal - Genérico - Processo	855
1.5.1.1 Advogado da Infância e Juventude	83
1.5.1.2 Ag. Audiência	3
1.5.1.3 Ag. Avaliação	28
1.5.1.4 Ag. Digitalização	1
1.5.1.5 Ag. Geração de ordem	8
1.5.1.6 Ag. Prazo	327



1.5.1.7	Concluso - Urgente	5
1.5.1.8	Concluso para Sentença	36
1.5.1.9	Concluso 10	20
1.5.1.10	Concluso 2	24
1.5.1.11	Concluso 5	1
1.5.1.12	Concluso 9	1
1.5.1.13	Cumprir Audiência	205
1.5.1.14	Cumprir Hasta Pública	4
1.5.1.15	Remetidos à Delegacia de Polícia	108
	Execução Penal - Processo	
1.5.1.16	Ag. Digitalização	1

Observações

a) Informações obtidas em 19/01/2017.

b) Na data de 19/1/2017 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 12/12/2016.

b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.

b.3) Cumprir urgente: existem 7 processos na fila. O mais antigo data de 13/1/2017.

b.4) Recebido do Juiz.

Recebido do Juiz - Despacho: existem 75 processos na fila. O mais antigo data de 2/11/2016.

Recebido do Juiz - Decisão: existem 62 processos na fila. O mais antigo data de 18/10/2016.

Recebido do Juiz - Sentença: existem 16 processos na fila. O mais antigo data de 4/11/2016.

b.5) Escrivão: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 8/11/2016.

b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 6 processos com audiências já realizadas.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (0000334-29.2013.8.24.0036, 0003043-32.2016.8.24.0036, 0000655-59.2016.8.24.0036, 0007574-98.2015.8.24.0036, 0004656-87.2016.8.24.0036), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNGCJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).

b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0900471-15.2015.8.24.0036, 0010841-49.2013.8.24.0036, 0005013-09.2012.8.24.0036, [REDACTED] -segredo de justiça e [REDACTED] -segredo de justiça), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.

Fila Petição intermediária

b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: não existem petições na fila.

b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 3 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 19/1/2017.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA



Indicador		Primeira verificação	Segunda verificação								
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	526	362								
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	17,87%	12,80%								
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 31/07/2000)										
1.6.2.1	Ano da última movimentação	Processos físicos em gabinete		Processos eletrônicos em gabinete		Processos físicos em cartório		Processos eletrônicos em cartório		Total	
		V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2
1.6.2.2	2000	0	0	0	0	0	1	0	0	(1)	1
1.6.2.3	2001	0	0	0	0	0	1	0	0	(1)	1
1.6.2.4	2008	0	0	0	0	0	1	0	0	(2)	1
1.6.2.5	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	(1)	(0)
1.6.2.6	2011	0	0	0	0	0	1	0	0	(4)	1
1.6.2.7	2012	0	0	0	0	0	7	0	0	(9)	7
1.6.2.8	2013	0	0	0	0	0	35	0	0	(42)	35
1.6.2.9	2014	0	0	0	0	0	12	0	1	(45)	13
1.6.2.1	2015	0	1	0	1	0	23	0	29	(133)	54
1.6.2.1	2016	0	1	0	1	0	0	0	1	(0)	3
1.6.2.1	Total	0	2	0	2	0	81	0	31	238	116

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
 - Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
 - Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016. (fls. 10-11)
 - Segunda verificação: mês de referência Dezembro de 2016. (fls. 67-83)
- d.1) Destaca-se que do total de processos sem movimentação há mais de 180 dias, 426 apresentam local físico "Cartório não informado", 76 apresentam local físico "Delegacia de Polícia" e 46 apresentam local físico "Cartório - Aguardando".

Indicador		Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	0	0
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	42	25
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	77	9
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	268	165



1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	12	9
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	-	-

Observações

a) Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer registro. Ressalta-se que os itens 1.6.3, 1.6.4 e 1.6.9 não se aplicam em face da competência da unidade.

b) Primeira verificação em 02/09/2016. (fls. 12-21)

b.1) Itens 1.6.7 e 1.6.8: dados do mês de abril de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

c) Segunda verificação em 19/01/2017. (fls. 84-88)

c.1) Itens 1.6.7 e 1.6.8: dados do mês de dezembro de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/08/2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	100	0
	Petição Intermediária	226	52
	Mandados	21	15
	AR	18	17

Observações

a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.

b) Primeira verificação em 02/09/2016. (fl. 22)

c) Segunda verificação em 19/01/2017. (fl. 89)

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	2
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	6
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	0	0



Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 02/09/2016.
- b.1) Os relatórios não eram extraídos ao tempo da primeira verificação.
- c) Segunda verificação em 19/01/2017. (fl. 90-91)

MANDADOS

Indicador	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.16 Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	5		8	

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 02/09/2016. (fl. 23)
- c) Segunda verificação em 19/01/2017. (fl. 92)

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.17 Outros setores				
1.6.17.1 Advogado da Infância e Juventude	88	66	94	83
1.6.17.2 Distribuição	2	0	4	0
1.6.17.3 Ministério Público	229	47	171	85

Observações

- a) Primeira verificação em Julho de 2016 (fl. 24).
- b) Segunda verificação em Dezembro de 2016 (fl. 93).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.18 Quantidade total de processos em carga	248		158	
Local				
Cargas internas				
1.6.18.1 Contadoria	3	2	17	2
1.6.18.2 Juiz Anna Finke Suszek	129	40	35	10
1.6.18.3 Juiz Edenildo da Silva	2	2	0	0
1.6.18.4 Juiz Renato Della Giustina	2	1	1	1
1.6.18.5 Ministério Público	18	2	18	3
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.18.6 Advogado	9	0	4	2
1.6.18.7 Distrito Policial	85	85	79	73
1.6.18.8 Órgãos Externos	0	0	4	0

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016 (fl. 25).
- b) Segunda verificação: mês de referência Dezembro de 2016 (fl. 94).



c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

1.6.19	Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+30d	Total	+30d
	Atendimento				
1.6.19.1	Cartório - Recebido do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.2	Cartório - Recebido do Contador	0	0	0	0
1.6.19.3	Cartório - Recebido do Juiz	1	1	0	0
1.6.19.4	Cartório - Recebido do Promotor	5	3	1	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.19.5	Cartório - Ag. confecção de relação	0	0	0	0
1.6.19.6	Cartório - Aguardando	17	7	15	15
1.6.19.7	Cartório - Aguardando AR	0	0	0	0
1.6.19.8	Cartório - Aguardando carta precatória	26	25	12	12
1.6.19.9	Cartório - Aguardando mandado	46	40	42	41
1.6.19.10	Cartório - Aguardando publicação relação	0	0	0	0
1.6.19.11	Cartório - Arquivar	21	4	29	29
1.6.19.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.19.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.14	Cartório - Escaninho do Juiz	13	3	31	28
1.6.19.15	Cartório - Escaninho do Promotor	11	1	9	9
1.6.19.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	3	3	2	1
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	1	1	1	0
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	1	0	5	0
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31	10	3	7	7
	Expedição/cumprimento				
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	63	27	32	29
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	2	1	7	7
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				



1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada	0	0	0	0
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	13	0	4	3
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

Observações

- Primeira verificação em 02/09/2016 (fl. 26). Escaninho do Juiz (fl. 27).
- Segunda verificação em 19/01/2017 (fl. 95). Escaninho do Juiz (fl. 96).
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1 Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	3.742	3.082
1.7.2 Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	161	140
1.7.3 Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	195	167
1.7.4 Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	3	2
1.7.5 Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6 Mandados de prisão em aberto com erros	1	1
1.7.7 Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	475	504

Observações

- Padrão de conformidade:
 - Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
 - Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.
- Primeira verificação em 02/09/2016. (fls. 28-44)
- Segunda verificação em 19/01/2017. (fls. 97-112)

1.7.8 Réu Preso Provisório	111	101
Réu Preso Definitivo	47	34
Total	158	135

Observações

- Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.
- Primeira verificação em 02/09/2016. (fls. 45-49)
- Segunda verificação em 19/01/2017. (fls. 113-117)



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Observações

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-	-

Observações

- a) Itens 1.8.3 e 1.8.4: não se aplica em razão da competência da unidade.
- b) Primeira verificação em 02/09/2016 (fls. 53-55).
- c) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):
 - c.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.
Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.
 - c.2) Verificou-se que há 2.579 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 2.424 estão com a situação "a definir". Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos (0010999-07.2013.8.24.0036, 0001166-91.2015.8.24.0036, 0009250-52.2013.8.24.0036, 0003700-71.2016.8.24.0036 e 0000260-67.2016.8.24.0036), verificou-se que os 2 primeiros registros não foram cadastrados no SNBA.
- d) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):
 - d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.
- e) Segunda verificação em 19/01/2017 (fl. 211).
- f) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):



f.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

f.2) Verificou-se que há 2.497 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 2.452 estão com a situação "a definir". Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0007464-17.2006.8.24.0036, 0007377-27.2007.8.24.0036, 0000090-76.2008.24.0036, [REDACTED] e 0012636-66.2008.8.24.0036, verificou-se que os bens foram cadastrados no SNBA.

g) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

g.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)		-

Observações

a) Item 1.9.1: não se aplica em face da competência da unidade.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2017.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional - Mat. 6.508

p/Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional - Mat. 5.701

André Pacheco
Analista Jurídico - Mat. 20.683